



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

UM NOVO OLHAR DIANTE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

ROSÂNGELA MIRANDA FONSECA

BELO HORIZONTE, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

UM NOVO OLHAR DIANTE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Eliandra da Costa Mendes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

UM NOVO OLHAR DIANTE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 16 de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Eliandra da Costa Mendes – Orientadora

Rosângela Miranda Fonseca – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este, principalmente, a Deus, Pai maravilhoso que sabe de todas as coisas.

Aos alunos das Escolas Municipais Boaventura Pereira Leite e Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga, foram deles que partiu a vontade que querer buscar novos horizontes. A vocês todo o meu carinho e gratidão!

À minha família que viveu momentos de espera deste futuro promissor!

A Eliandra da Costa Mendes, Jorge Ribeiro da Silva, Viviane Aparecida Rodrigues e Jeanne Rodrigues que me apoiaram e acompanharam nesta trajetória final, obrigada pela compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Grande Mestre, Jesus Cristo. Foi Dele que vieram todas as forças que precisei, quando estava totalmente desacreditada em finalizar este trabalho. Não foi fácil; mas chegamos ao final.

Agradeço à minha família por terem tido paciência com a minha ausência.

E a você, Eliandra, que foi meu anjo da guarda.

EPÍGRAFE

“Também a democracia se aprende fazendo. Não existe o futuro ideal ou as pessoas ideais para que a democracia possa começar. O seu momento ideal é sempre o presente, com as pessoas presentes.”

RESUMO

Este trabalho, concebido a partir de uma metodologia teórico bibliográfica, tem por finalidade conhecer e refletir sobre o trabalho dos gestores, que estão a frente das instituições escolares e que tem como meta o desenvolvimento de uma gestão compartilhada. Ao longo do estudo percebemos que para que a escola seja um espaço democrático faz-se necessário: o envolvimento dos alunos, pais, professores, funcionários e gestores, bem como a construção coletiva do PPP e que a mesma tenha assegurada a sua autonomia financeira e pedagógica. A partir da análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga, foi possível perceber quais são os caminhos a serem trilhados e os obstáculos que precisam ser vencidos para que a instituição efetive a gestão democrática e oferecerá uma educação com mais qualidade.

Palavras-chave: Gestão, Escola; Participação; Democracia; Autonomia.

Sumário

1. Introdução	8
2. Consolidação da gestão democrática: limites e possibilidades	9
3. Por uma gestão compartilhada: o papel do gestor	11
4. Considerações finais	13
5. Referências bibliográficas	14
6. Anexo: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga	15

1. Introdução

A gestão da educação no Brasil está organizada a partir de algumas leis. Leis estas que são normatizadas nos âmbitos federal, estadual e municipal e que estabelecem desde diretrizes básicas até a destinação de alguns recursos a serem utilizados na escola. Assim, cabe ao gestor e todo pessoal envolvido no fazer pedagógico e político escolar conhecer a legislação vigente e manter-se sempre atualizado. Portanto, uma das preocupações e propostas da gestão democrática é justamente a formação de todos envolvidos na escola com a questão legal, deixando claro quais são os direitos e os deveres de cada sujeito e o seu papel da construção de uma escola de qualidade.

Afinal, sabe-se que o Brasil entre 1500 até 1789 somente educou alguns poucos cidadãos; deve, com certeza, cerca de 500 anos de educação para muitos brasileiros. Somente com a Constituição de 1988 foi efetivamente feito o fortalecimento da democracia assegurando uma série de garantias individuais e abrindo caminhos para a participação popular nas gestões. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), esse ideal ganhou ainda mais força, pois a mesma prevê a educação como um direito de todos e dever do Estado. As duas leis trazem consigo a proposta de organização das instituições escolares a partir de uma gestão participativa envolvendo os diversos membros que compõem a comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção, equipe pedagógica e parceiros. Para Hidalgo (2003), uma gestão democrática propõe mudanças na concepção de organização escolar, valendo-se da descentralização do poder e incentivando a participação de todos.

Diante desse contexto e de modo a perceber como é organizada a gestão na Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga, foi realizado uma análise do Projeto Político Pedagógico da instituição. Através desse estudo foi possível perceber em que medida a comunidade educativa tem participado dos

processos de decisão e de que forma os gestores tem conduzido essa discussão.

2. Consolidação da gestão democrática: limites e possibilidades

A Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Diniz localizada no bairro Bela Vista no município de Curvelo/MG, pertence à rede municipal e iniciou suas atividades como Centro de Atenção a Criança – CAIC. É uma escola com uma boa estrutura física e atende cerca de 1400 alunos distribuídos por todos os segmentos (Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e EJA).

A maioria do quadro de professores, supervisores e funcionários é efetivo e existem alguns profissionais que são contratados. É uma instituição que tem os seus gestores nomeados por indicação do prefeito municipal e que tem a mesma diretora há mais de 10 anos. Ao longo do PPP fica claro que a comunidade e os profissionais da educação tem o interesse de mudar essa realidade, substituindo a indicação pela eleição dos diretores, visando uma maior autonomia pedagógica e financeira.

A autonomia pedagógica da escola passa pela construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), prevista na LDB 9.394/96, quando assegura a participação de alunos, professores, pais, funcionários e demais interessados pelo desenvolvimento do trabalho. Porém, mesmo contemplada em Lei, em seu aspecto formal e legal, segundo Souza (2003) ainda não se garante a condição de seu exercício de forma prática. A autonomia financeira também está intimamente ligada à participação coletiva pois através de órgão consultivos e deliberativos a comunidade poderia avaliar e definir os rumos para os recursos recebidos.

O PPP deve ter como objetivo primordial a organização do trabalho pedagógico. A partir desse documento podemos conhecer qual a finalidade educacional da instituição, como está estruturado seu currículo, como estão organizados os tempos e os espaços, quais são os órgãos de decisão e de participação coletiva, quais serão os instrumentos para avaliação (da aprendizagem, do trabalho pedagógico e do próprio PPP).

O PPP, segundo Navarro (2004) serve, [...] *como instrumento de planejamento coletivo, procura resgatar a unidade do trabalho escolar, garantindo que não haja uma divisão entre os que planejam e os que executam.* (MEC, 2004, p. 17)

Dessa forma fica claro a necessidade do envolvimento de toda a comunidade, pois o PPP não deve ser visto como um documento burocrático, sua construção deve possibilitar que todos os envolvidos possam conhecer, avaliar e rever a proposta de educação a ser desenvolvida na escola.

A Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Diniz tem como órgão mantenedor a Prefeitura Municipal que concede o repasse de verbas. Os recursos recebidos são analisados e sua destinação é conduzida a partir das reuniões do Conselho Escolar. Esse órgão consultivo e deliberativo tem como representantes um presidente que é a diretora do estabelecimento, um tesoureiro (que é um funcionário da escola escolhido por todos) e alguns professores.

Sabe-se que o Conselho Escolar é uma instância importante para que a escola caminhe em direção à construção da democracia. Afinal,

O conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico. Assim, o conselho será um instrumento de tradução dos anseios da comunidade, não de legitimação da voz da direção. Para falar por si os governos eleitos não necessitam de conselhos para legitimar sua voz. No mais, quando se arrogam poderes autocráticos, imperiais, devem assumir suas decisões (MEC, 2004, p.36)

Embora a escola em estudo tenha instituído um Conselho Escolar é necessário que o mesmo seja também, um espaço de participação dos pais e alunos nos processos de decisão. Em alguns trechos do PPP notamos que os gestores vislumbram e perseguem uma gestão compartilhada, mas que o envolvimento da comunidade ainda acontece de forma tímida. Não ficou claro em quais momentos e espaços a comunidade é incentivada a participar e se a

construção do PPP da escola conta com a participação direta dos alunos e pais ou se é apenas apresentado a eles.

Para que a gestão dessa instituição seja realmente democrática é preciso estabelecer parcerias e buscar o envolvimento de todos na construção e avaliação da proposta pedagógica e que haja a representação de toda a comunidade no Conselho Escolar. Haja visto que o Conselho Escolar é

(...) a instituição que cotidianamente coordena a gestão escolar. Ou seja, é o Conselho o órgão responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações do dia-a-dia da escola, tanto no campo pedagógico como no administrativo e financeiro. (...) Todavia, o Conselho de Escola, constituído apenas como mais uma instituição da escola, pouco adianta para o avanço da democracia. Ele tem de se supor como uma ferramenta que objetive a superação dos condicionantes ideológicos, institucionais, político-sociais e materiais (PARO, 1995) e que pode verdadeiramente ampliar o sentido da democracia na educação escolar. Isto é possível através da implementação de propostas para a organização e funcionamento do Conselho de Escola (CAMARGO; ADRIÃO, 2003 apud SOUZA, 2005)

Para que a comunidade escolar possa efetivamente participar e interagir com a construção de uma escola melhor, os gestores devem preocupar-se em desenvolver estratégias de conscientização e de formação, de modo que todos possam entender quais são seus direitos, seus deveres e quão importante é o seu papel na constituição de um espaço realmente democrático e de modo a garantir uma instituição feita por todos e para todos.

Além de assegurar a participação de todos é imprescindível que os gestores também incentivem a prática da avaliação dos processos de participação, de modo que as pessoas possam refletir sobre quais as mudanças e ações necessárias para a melhoria da instituição e qual a função de cada um nesse processo. Isso é algo que precisa ser organizado e ser incluído no PPP da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Diniz.

3. Por uma gestão compartilhada: o papel do gestor

Destacar o papel do gestor frente a organização da gestão democrática na rede pública é reconhecer a importância dos preceitos estabelecidos da LDB n.9394/96, pois esta lei busca implementar na ação dos gestores toda a prática associada a uma visão emancipadora, apostando e definindo a função social da escola. Portanto, cabe ao gestor assegurar e promover a construção de uma escola solidária, democrática e competente através da elaboração eficiente e participativa do Projeto Político Pedagógico da Escola. (BRASIL, 1996).

Para estar a frente de uma unidade escolar o gestor precisa ter ou desenvolver suas habilidades de boa comunicação, carisma, liderança, senso crítico e imparcialidade. Atitudes que garantam a interação da comunidade educativa com as finalidades educacionais defendidas pela instituição.

Nas escolas da rede municipal do município de Curvelo a nomeação dos diretores é ainda realizada a partir de indicação política. De acordo com Souza (2005) essa realidade precisa ser modificada, afinal:

A direção das escolas públicas deve sempre ser preenchida através da escolha direta ou eleição, entre os integrantes da comunidade escolar, que devem indicar soberanamente o profissional da educação que será o seu representante junto ao poder constituído e junto à sociedade (SOUZA, 2005, p. 15-22).

Mesmo não havendo eleição para o cargo de gestão, os profissionais que estão à frente das escolas desse município precisam ter em mente que é necessário envolver a comunidade nos processos de tomada de decisões de modo que todos tenham a oportunidade de dar sugestões, opinar, escolher e definir as ações e metas a serem desenvolvidas. Somente dessa forma a escola atenderá as reais demandas da comunidade.

Sabe-se que o que contribui para o processo de democratização é a autonomia e a descentralização das ações. Sendo assim, a comunidade, os profissionais da educação e os dirigentes políticos da cidade de Curvelo precisam iniciar a discussão sobre a eleição dos diretores e garantir a autonomia das escolas.

O processo de democratização não é tão simples para implantá-lo, principalmente em curto prazo, mas também não é extremamente complexo ou impossível de ser realizado, constitui-se uma ação ou uma prática que deve ser construída pela escola. Entretanto, o processo democrático, na sua complexibilidade, exige ações imediatas e concretas e esbarram nas limitações da autonomia e, até mesmo, nas políticas empreendidas pelos próprios gestores. (SCHNECKENBERG e PAULA, 2008, p. 9-10)

4. Considerações finais

Após toda essa análise entendemos que a Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga precisa caminhar rumo à efetivação de uma gestão democrática. Afinal uma escola construída a partir do interesse, envolvimento e participação de todos (alunos, pais, professores, funcionários e gestores) pode promover a formação de cidadãos críticos e conscientes da função social da escola.

Portanto, o gestor da referida instituição deve, através da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, pautar seu trabalho na transparência administrativa, propor ações que promovam a interação da comunidade com a escola e que tenha como meta estabelecer parcerias, dividir responsabilidades e unir esforços para um atendimento educacional de qualidade.

Sendo assim, concluímos que o papel do gestor, mesmo que indicado de forma política, pressupõe o domínio de competências e habilidades para que possa compreender a natureza, a organização e o funcionamento da educação escolar, suas relações com o contexto histórico-social e com o desenvolvimento humano, bem como a gestão do sistema escolar em todos os seus níveis.

A qualidade do ensino está intimamente ligada às ações voltadas para uma gestão compartilhada, um Conselho Escolar constituído por representantes de toda a comunidade educativa e de um PPP construído de forma coletiva e avaliado constantemente.

5. Referências bibliográficas

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: **Lei 9.3.94/96**. Apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CAMARGO, R. B. & ADRIÃO, T. Princípios e processos da gestão democrática do ensino: implicações para os Conselhos Escolares. **Revista Chão de Escola**, Curitiba: SISMMAC, v. 2. P. 28-33, outubro, 2003.

CURVELO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga**. Curvelo, 2012.

HIDALGO, A. M. **A gestão escolar e a democratização da educação no Paraná**: descerrando a cortina. Cascável: Edunioeste, 2003.

MEC. Brasil. **Conselhos Escolares e a aprendizagem na escola**. Brasília: MEC, SEB, 2004.

SCHNECKENBERG, M.; PAULA, R. L. de. Gestão democrática: desafio para o gestor do século XXI. **Revista eletrônica Lato Sensu**, SP. ano 3, n. 1, p. 23, março, 2008.

SOUZA, Ângelo Ricardo. Planejamento e trabalho coletivo. **Revista Gestão e Avaliação da Escola Pública**, Curitiba: Ed. da UFPR, 2005, p. 15-22.

6. Anexo: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
TURMA 03

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL DR. VIRIATO MASCARENHAS GONZAGA
CURVELO – MG

ADRIANA CASSIA IRENO
JANETE PEREIRA DE BRITO
LAILA ANDRADE FRANCO DE MORAES
ROSÂNGELA MIRANDA FONSECA
SÔNIA MARIA LIGÓRIO BATISTA

Belo Horizonte

2013
PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL DR. VIRIATO MASCARENHAS GONZAGA
CURVELO – MG

**Atividade Avaliativa apresentada
ao Curso de Especialização em
Gestão Escolar da Faculdade de
Educação/UFMG, desenvolvida na
Sala Ambiente Projeto Vivencial.**

**Professora Assistente: Micheli
Feital**

2013

INTRODUÇÃO

A compreensão do desenvolvimento democrático da escola vem proporcionar a dimensão política do projeto pedagógico. Assim, o planejamento na escola é um processo permanente que envolve a elaboração e reelaboração constante do planejar através de atividades de avaliação do desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico.

E o que vem a ser para a escola este projeto? Antes de falar na importância do projeto, não podemos deixar de salientar o planejar. Afinal, planejar é um processo político pedagógico que implica diagnosticar uma situação e tomar decisões em função de um determinado fim.

A criação do Projeto Político-Pedagógico é de muita importância para as escolas a partir do gestor e todos os envolvidos no processo educacional. Acredita-se que o PPP deve ser elaborado no pressuposto de uma gestão democrática para garantir o bom funcionamento e direcionamento das instituições.

Na concepção de um projeto de escola pública, gratuita e de qualidade o Projeto Pedagógico tem sido apontado como um instrumento pedagógico e político de mudança. Todos da escola devem ajudar na construção do PPP a fim de definir a filosofia, as diretrizes, as metas e os fins da ação pedagógica para a formação de sujeitos capazes de intervirem e transformarem a realidade.

O projeto político pedagógico, se deve, usando as palavras de Veiga (1997), “ser o documento mais intencional que norteia os objetivos pedagógicos e políticos da escola, para a formação de um tipo de sociedade e de cidadão”.

Este Projeto foi criado para que profissionais e todos envolvidos no trabalho educacional da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga - CAIC sejam capazes de colher frutos próprios de uma educação de qualidade, ou seja, viva, dinâmica e eficaz.

A Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga - CAIC funciona em prédio próprio e é mantida e integrada à rede pública municipal de Curvelo/MG, sediada Rua Costa Rica, 320 – Bela Vista; zona urbana, inscrita no CNPJ sob o número 02.060.673/0001-62.

Para compreender melhor o histórico da escola é necessário conhecer como foi sua construção e sua relação com a história brasileira. No biênio de 1993/94 a filosofia da atenção integral foi intensamente difundida em todo o Brasil com a criação de um programa nacional (PRONAICA) que deu consistência aos Centros de Atenção Integral a Criança e Adolescente (CAICs) e em Minas Gerais foram construídos 72 unidades sendo que Curvelo foi contemplado com o CAIC. Em 1995 com a extinção do PRONAICA alguns CAICs deram continuidade com o Projeto Político Pedagógico.

Aberto anualmente ou quando houver necessidades às modificações, este documento vem sendo reconstruído também nos desejos e conhecimentos das alunas do Curso de pós-graduação em Gestão Escolar oferecido pela UFMG. Afinal, ao explicitar seu Projeto Político Pedagógico, a escola precisa pensar sobre o que pretende alcançar, do ponto de vista político e pedagógico tendo como norteadores de suas ações os princípios éticos, políticos, estéticos.

Princípios estes que norteiam todas as ações administrativas, pedagógicas, financeiras e jurídicas da escola. Tem por fundamento básico as metas de trabalho e os projetos pedagógicos, para que a comunidade escolar assimile ativamente os conhecimentos e adquiram convicções de solidariedade, respeito e igualdade entre os seres humanos, assim como hábitos de convivência. As metas levantadas nascem do movimento de ação/reflexão/ação que estão em constante construção.

O Projeto Político é um trabalho construído e vivenciado em todos os momentos e por todos os envolvidos no processo educacional, expressa a visão, a missão e os objetivos da instituição.

Destaca-se que o PPP deve objetivar e legitimar o pressuposto de que todos podem aprender. Assim, o ensino aprendizagem nesta instituição assume um desafio neste PPP que é levar em conta as diferenças individuais do aluno respeitando os ritmos e as características de cada um.

FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBBEN 9394/96 em seu segundo artigo define as finalidades da educação: “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Portanto, a escola desenvolve um trabalho consciente buscando sempre a interação entre o indivíduo e o meio em que vive, assegurando aos alunos uma aprendizagem significativa e de qualidade, desenvolvendo uma postura ética, crítica e cidadã do aluno. Tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir nos estudos posteriores.

Por isso, a escola tem como objetivo geral dentro de suas finalidades: desenvolver uma Educação de qualidade em cada modalidade, assegurando aos educandos meios necessários para a consolidação das competências em cada série/ano de estudo, garantindo a todos a igualdade de condições para o acesso, permanência e o direito de aprender na escola; engajado em um Projeto Político compartilhado e bem planejado. Afinal,

O Projeto Político-Pedagógico da Escola possibilita introduzir mudanças planejadas e compartilhadas. Essas mudanças pressupõem, de um lado, ruptura com uma cultura de reprovação e com uma educação elitista e, de outro lado, compromisso com a

aprendizagem do aluno e com a educação de qualidade para todos os cidadãos. (CEE, Parecer 1.132/97)

Portanto, a escola busca atentamente os seguintes objetivos específicos: desenvolver um trabalho consciente e transparente nas dimensões: pedagógicas, financeira e administrativa; possibilitar a todos (alunos, professores, direção, funcionários e comunidade escolar) uma visão crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas; promover a organização e funcionamento da escola para atingir a educação desejada; assegurar aos alunos uma aprendizagem significativa e de qualidade; desenvolver os conteúdos por meio de atividades, situações e vivências diversificadas que privilegiem a construção, reconstrução e transformação do conhecimento de forma criativa, o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, incluindo a capacidade de analisar e solucionar problemas; assegurar e implementar o Plano de Intervenção Pedagógica; saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos; acolher as diferenças étnicas culturais, linguísticas e sociais, ampliando as possibilidades de convivência por meio do respeito e da solidariedade; promover a recuperação paralela e bimestral sempre que detectar o não aprendizado do aluno; melhorar cada vez mais de forma significativa o nível de aprendizagem dos alunos em todos os conteúdos; assegurar domínio do conteúdo básico de aprendizagens conceituais, procedimentais e atitudinais; integrar escola\família\comunidade; realizar eventos culturais contribuindo para a formação cultural dos alunos e da comunidade escolar; melhorar a leitura, linguagem oral, interpretação, produção de texto e raciocínio lógico matemático; promover o fortalecimento dos vínculos de família de laços de solidariedade humana e tolerância recíproca.

Para contribuir para a vida social; capacitar de forma contínua os professores assegurando-lhes uma prática pedagógica que promova a aprendizagem dos alunos; usar da autonomia para o sucesso do trabalho e crescimento da instituição escolar sem ferir as leis; aplicar os recursos financeiros advindos do PDDE com transparência para o desenvolvimento do aluno; assegurar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; desenvolver no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas disciplinas de artes, literatura e História do Brasil, o estudo da “Cultura Afro-Brasileira”; garantir o padrão de qualidade da escola; promover e garantir autonomia (pedagógica, administrativa, financeira, e jurídica), buscando articular a construção dos projetos pedagógicos sintonizados com a realidade e as necessidades locais sem ferir as leis; promover a inclusão de acordo com a legislação, além de ampliar espaços e tempos pedagógicos diferenciados (sala de AEE) sinalizando a importância de atender as diferentes demandas, sempre que justificar sua necessidade; oferecer aos alunos em projetos extras turno situações diversificadas de ensino-aprendizagem no sentido de superar as dificuldades apresentadas em sala de aula. Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possa contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis, como apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, estéticas e éticas.

Acesso somente à escola não é inclusão mas sim a permanência, a convivência plural. Um país preparado democraticamente agora, no futuro será um país sem exclusão social. Uma escola inclusiva é aquela que não será negado o direito de permanecer e todos os que fazem parte dela estarão em condições de viver e conviver com as diferenças. Assim, esta é a prática e a soberania do PPP: incluir e resgatar o tempo e o espaço da escola.

A gestão democrática implica na efetivação de novos processos de organização fundamentados em uma dinâmica que favoreça o empenho de esforços coletivos e participativos de decisão. De acordo com Paro (2001), a participação deveria se constituir em uma das bandeiras fundamentais a serem

implementadas pelos integrantes da comunidade escolar (diretor, pedagogo, professores, funcionários diversos, alunos, pais e representantes da comunidade local) imbuídos de um mesmo propósito, ou seja, o de entender a participação na escola como um processo a ser construído coletivamente e com liberdade e não sob pressão formal/legal, autoritária ou arbitrária.

Nesta perspectiva, a participação da Escola Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga pode ser entendida como um processo dinâmico através das quais várias possibilidades de organização germinam. A possibilidade de organização contemple desde a limitada participação até a efetivação de processos que busquem fazer com que os diferentes segmentos da comunidade escolar compartilhem a tomada de decisões e mesmo ações por meio do trabalho coletivo, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar. Porém, cabe lembrar que alguns processos chamados participativos ainda não garantem o compartilhamento das decisões e do poder, sendo o discurso, por vezes, uma configuração do mecanismo legitimador de decisões já tomadas centralmente.

A política da gestão democrática, implantada no sistema de ensino com a Constituição de 1988, reforçou pouco a pouco o discurso de que a escola pública pertence ao setor público. Desse modo determinou-se legalmente a implementação de um trabalho pedagógico articulado, com o objetivo de tornar possível a elaboração de um projeto educacional que vincule projetos pessoais dos educadores a um projeto mais amplo e que envolva o fazer individual e o coletivo.

Estimular a articulação entre programas de pós graduação strido Sensu e curso de formação de professores de modo a garantir a construção de um currículo capaz de incorporar o avanço desejado na educação de nossa escola. Oferecendo atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estimular as habilidades através das oficinas de arte plástica, cênica, esportiva e tecnológicas

Proporcionar também uma rede de proteção e informação contra qualquer forma de exclusão ou evasão por parte de todos na escola.

Devemos proporcionar tecnologias educacionais para a alfabetização de todos os alunos, assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas bem como um acompanhamento de resultados, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, considerando as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

Outro aspecto importante considerado pela Escola como função social e humanística, é trabalhar e vivenciar com os alunos os valores e atitudes indispensáveis à formação da cidadania e ao seu desenvolvimento integral, tais como solidariedade, cooperação e respeito. Para isso, adotam-se estratégias, para motivar a participação e colocar em prática concretamente seus planos, com a implementação de mecanismos de participação do aluno na escola através de espaços de organização de estudantes, promoção de reuniões periódicas, festas, competições esportivas, gincanas, eventos culturais, tendo em vista a apreensão significativa dos valores e objetivando, em primeiro lugar, o fornecimento de uma educação de qualidade, transformando as metas em ações.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Nestes novos tempos é preciso exigir um novo tipo de direção, sem a qual as escolas não conseguirão cumprir o papel que a sociedade espera delas.

A flexibilidade é necessária não só em função das grandes transformações do mundo de hoje, mas principalmente porque essas mudanças se acentuarão em escopo, velocidade e complexidade. (MOTTA, 2009, p. 45)

Acredita-se que o papel da gestão democrática só poderá ser desempenhado se a escola puder contar com profissionais efetivamente competentes, entre os

quais sobressai o diretor. O diretor competente, sob o ponto de vista humano, trabalha para criar um clima organizacional que favoreça a concretização do projeto educativo, razão de ser da existência da escola.

Afinal, a tarefa hoje é discutir democracia e aplicá-la. É discutir como a escola se insere em nossa sociedade pluralista e heterogênea, sem buscar uma homogeneidade castradora e impositiva. Compete aos educadores, pedagogos e políticos reformar a escola, dentro de um processo geral de transformação, fazer com que a escola descortine caminhos e possibilitem opções aos educandos e a sociedade.

Mas, somente será possível se a própria comunidade escolar se auto-identificar nas formas de pensar, de ser, de se relacionar entre si, consigo e o poder. A escola só será, ou é, democrática aquela que é aberta a toda comunidade e que não apenas ensina caminhos, mas ensina meios de se encontrar caminhos.

A Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga - CAIC atende o Centro de Educação Infantil (Creche: 1ano e 8 meses a 3 anos e Educação Infantil: 4 a 5 anos) Portaria Ato nº 03/2009, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e EJA, tendo como amparo legal a Resolução nº 5, de 12/2009 e Resolução 2197/12.

O nome da escola é uma homenagem ao Engenheiro e Professor Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga nascido em 12 de novembro de 1910. O espaço físico é bastante considerado e bastante amplo e bem distribuído. Há blocos com salas de aulas, biblioteca, salas de vídeo e informático, refeitório, cozinha, sala de professores, sanitários e secretaria.

A escola atende uma clientela heterogênea, onde a maioria das famílias é diversificada tanto em questões sociais quanto ao nível de escolaridade, atuando em várias áreas com parcerias entre a iniciativa pública e privada. Através da sala de recursos da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas

Gonzaga – CAIC, atende aproximadamente 15 crianças com diferentes deficiências,

Na escola a indagação deve ser contínua. Que concepções de diversidade reflete nosso trabalho, as nossas práticas escolares e nossas relações com o outro (aluno, família, profissionais da escola)? São essas indagações que auxiliaram a escola a transformar numa escola inclusiva

Quadro 1- Números de alunos dos Anos Iniciais e Ed. Infantil de E.F. da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga - CAIC

Quantitativo de alunos no Ensino Fundamental da E M Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga	
1º anos	372
2º anos	169
3º anos	259
4º anos	195
5º anos	155
Creche/Educação Infantil	250
Total	1400

O quadro funcional é constituído de 21 auxiliares de serviços, 12 funcionários, 60 professores, 7 especialistas em educação, vice-diretora e diretora efetivos e contratados que possuem desde o ensino fundamental incompleto a cursos de pós-graduação. Os professores e demais funcionários se atualizam quando são oferecidos cursos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Plataforma Freire, Universidade Aberta do Brasil e ou buscam por interesse próprio. A rotatividade do professor durante o ano é gerada por licença para tratamento de saúde, gestação e férias-prêmio.

A diretora, auxiliada pelas supervisoras pedagógicas e demais componentes administrativos, coordena, organiza e gerencia todas as atividades da escola, respeitando as leis vigentes e atendendo determinações da Secretaria Municipal de Ensino e órgãos superiores. Segundo o Guia do Diretor Escolar SEE/MG “O diretor, na perspectiva democrática, não é o líder que conduz seus liderados numa relação sempre de concessão e de subordinação”, mas ao

contrário, promove suas ações, exercita sua função na direção da construção de instâncias democráticas de deliberação (como conselhos escolares, grêmios estudantis e outros).

A supervisora pedagógica supervisiona, acompanha, assessora, avalia as atividades pedagógicas. Conforme o Guia dos Especialistas da Educação Básica é de sua “competência também coordenar e articular a implementação e a efetivação da prática que estão presentes no Projeto Político-Pedagógico.” Sua atribuição prioritária é prestar assistência pedagógico-didática aos professores em suas respectivas disciplinas e ainda, cuidar do ambiente de trabalho, no sentido de reforçar positivamente as atitudes e o esforço de cada um, promover o trabalho compartilhado num ambiente acolhedor e manter relacionamento com os pais e a comunidade escolar, no que diz respeito ao funcionamento pedagógico. Para MEDINA, “o supervisor tem como objeto de trabalho a produção do professor – o aprender do aluno – e preocupa –se de como especial com a qualidade dessa produção”. (1997. p. 31).

Os técnico-administrativos, secretária escolar, auxiliar de biblioteca, auxiliares de serviço asseguram o atendimento das funções e dos objetivos da escola. A Secretária Escolar cuida da documentação, escrituração, dos docentes, demais funcionários e dos alunos e correspondência interna e externa da escola. Responde também pelo atendimento ao público.

O auxiliar de biblioteca responde pelo planejamento, organização e atendimento ao usuário. Colabora no atendimento ao educando em suas demandas de pesquisa e estudo, orientando-os na localização e uso de materiais bibliográficos e audiovisuais; responde ainda pelos multimeios, que compreende a biblioteca, videoteca, os equipamentos audiovisuais e outros recursos didáticos. Os auxiliares de serviço cuidam da manutenção, conservação e limpeza do prédio; da guarda das dependências, instalações e equipamentos; da cozinha e da preparação e distribuição da merenda escolar; da execução de pequenos consertos e outros serviços rotineiros da escola.

O Corpo docente é constituído pelo conjunto dos professores em exercício na escola, que tem como função básica realizar o objetivo prioritário todas as disciplinas formam, junto com a direção e especialista, a equipe escolar. Além do seu papel específico de docência das disciplinas, os professores também têm responsabilidades de participar das reuniões pedagógicas semanais, realização das atividades da escola e decisões do Conselho Escolar e de classe, das reuniões com os pais e das demais atividades cívicas, culturais e recreativas da comunidade. A professora de apoio atende as crianças com diferentes deficiências e faz acompanhamento familiar através de entrevistas e relatórios mensais

Para realizar um ensino de qualidade e cumprir suas finalidades, a organização e a participação efetiva da comunidade escolar é preponderante para a Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga, que também acredita que a gestão democrática e participativa traz soluções mais “fortes” e com visão abrangente, desenvolve o espírito de equipe e cooperação e reduz conflitos decorrentes de decisões tomadas.

Nessa concepção, Libâneo (2013, p.7) enfatiza a importância de uma estrutura organizada da escola para se atingir os resultados pretendidos:

De fato, a organização e gestão refere-se aos meios de realização do trabalho escolar, isto é, à racionalização do trabalho e à coordenação do esforço coletivo do pessoal que atua na escola, envolvendo os aspectos, físicos e materiais, os conhecimentos e qualificações práticas do educador, as relações humano-interacionais, o planejamento, a administração, a formação continuada, a avaliação do trabalho escolar. Tudo em função de atingir os objetivos. Ou seja, como toda instituição as escolas buscam resultados, o que implica uma ação racional, estruturada e coordenada. Ao mesmo tempo, sendo uma atividade coletiva, não depende apenas das capacidades e responsabilidades individuais, mas de objetivos comuns e compartilhados e de ações coordenadas e controladas dos agentes do processo. (LIBÂNEO, 2013, p.7).

Por fim, a Escola aposta na construção coletiva dos objetivos e seu funcionamento por meio do diálogo, do consenso.

CURRICULO

A escola é o espaço de construção coletiva que recria a cultura herdada reconstruindo-se as identidades culturais em que se aprende a valorizar as próprias raízes. Neste contexto, o currículo é constituído pelas experiências escolares que vão se desdobrar em torno do conhecimento permeado pelas relações sociais articuladas a vivências, saberes e conhecimentos acumulados contribuindo para construir as identidades.

O currículo constrói identidade e subjetividade: junto com os conteúdos das disciplinas escolares, e também se adquirem na escola percepções, disposições e valores que orientam os comportamentos e estruturam personalidades (SANTOS; PARAISO, 1996, p. 37).

Propõe aos alunos a consolidação das habilidades e competências necessárias através de estratégias voltadas para a melhoria educacional e a formação humana, garantindo além dos processos cognitivos. Para a escola é essencial desenvolver atividades que os aspectos relacionados a afetividade com formação da cidadania, com a ética, com todas as dimensões do ser humano.

Nessa perspectiva de currículo os conteúdos devem ser desenvolvidos de forma interdisciplinar utilizando todos os recursos disponíveis na escola e no seu entorno aliando-se as mídias assegurando assim o progresso contínuo dos estudantes. O processo de avaliação deverá ser uma ação redimensionadora da prática pedagógica assumindo um caráter formativo, processual, participativo e contínuo prevalecendo sempre os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A seleção consciente do que devemos ensinar é o primeiro passo a ser dado para a construção de uma aprendizagem significativa na escola, em decorrência dessa tomada de posição em relação ao que é realmente importante, e que podemos organizar nosso tempo na sala de aula e definir o que iremos avaliar e as formas que adotaremos para avaliar. (LEAL, 2003, p. 20)

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica é oferecida em creches e educação infantil, se caracteriza como espaços institucionais que constituem estabelecimentos educacionais públicos que educam e cuidam regulados e supervisionados por órgãos competentes do sistema de ensino e submetidos a controle social. As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

I – promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II – favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III – possibilitem as crianças experiências de narrativas de apreciação e interação com a linguagem oral descrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV – recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;

V – ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI – possibilitem situações de aprendizagem mediadas para elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização saúde e bem-estar;

VII – possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII – incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX – promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia dança, teatro, poesia e literatura;

X – promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI – propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

Parágrafo único – As creches e pré-escolas, nas elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas estabelecerão modos de integração dessas experiências.

Na transição para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

No início do ano letivo, reúnem-se todos os docentes, a coordenação pedagógica juntamente com a direção para selecionar os descritores que serão trabalhados no durante o corrente ano. Estes descritores são retirados das Diretrizes Curriculares de 1º ao 5º Ano.

A Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga – CAIC desenvolve projetos de leitura na biblioteca e na sala de aula os professores desenvolvem seus subprojetos de acordo com o desempenho da turma com jogos, desafios e situações problemas.

A equipe de direção e especialistas é responsável pela execução eficaz da proposta pedagógica e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais, promovendo a aprendizagem intelectual, afetiva, ética, social e política. Também desenvolve e cria métodos de análise para detectar a realidade e daí gerar estratégias para a ação escolar, trabalhando em consenso com os professores e educandos, numa parceria de reflexão, de crítica e autocrítica. Ajuda os professores na produção de materiais didáticos, nos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, nos programas curriculares, no processo de avaliação e recuperação paralela dos educandos, na descrição de objetivos educacionais e no próprio desempenho do professor.

O grupo docente da escola reúne semanalmente com as especialistas, em reuniões pedagógicas, com duração de 1:15 (uma hora e quinze minutos). Este momento é utilizado para estudo, pesquisa, troca de experiências, análise de resultados, discussão e elaboração de projetos e planos de intervenção. A especialista acompanha as turmas, apreciando os cadernos dos alunos, analisando suas produções escritas e participação em sala de aula e através de mapeamento de resultados.

O planejamento curricular constitui instrumento importante e necessário como referencial para a condução da atividade escolar.

O planejamento escolar nos três níveis pedagógico curricular e do ensino deveria ser uma ação coletiva da escola e dos grupos de professores, organizados no geral e pelas suas áreas específicas de trabalho, uma instituição escolar terá de organizar-se para que os educadores possam ter um caminho relativamente claro e coerente para guiar-se nos seus processos de aprendizagem em educação (LUCKESI, 1997. p. 47).

Dessa forma o planejamento nunca será neutro, mas dotado de significado. Planejamento e avaliação são práticas indissociáveis. O planejamento do currículo dimensiona o que vai construir e a avaliação subsidia essa construção porque fundamenta novas decisões.

Quando se planeja as ações para atingir alvo e metas precisa-se estas metas e alvos estão sendo atingidos e a avaliação te da a visão da complexidade e melhores estratégias de ação e instrumentos adequados para conduzir a situação e alcançar os objetivos do planejamento (GUEDES, 1978, p. 14).

A participação de todos os profissionais da área educacional e no planejamento educacional, curricular e de ensino levando em conta o interesse e a realidade dos alunos. O planejamento desta forma assume sua dimensão não só política, mas social, psicológica cultural subsidiada por uma avaliação, significativa, informativa e cumpre o verdadeiro significado, assumindo sua função orientadora do processo ensino aprendizagem. Evita a fragmentação do processo avaliativo e também do próprio planejamento que não se torna neutro.

Quando cumpre a educação sua função integrativa, busca tornar as pessoas semelhantes em idéias, valores, linguagem, ajustamento intelectual e social. Unifica e da coesão ao grupo. Em função diferenciada, no entanto, visam a salientar as diferenças individuais, preparar as pessoas segundo suas competências particulares, formando-as para profissões e atividades específicas (SANT'ANNA, 1995, p. 37).

A educação como fator de equalização social, será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de se ajustar e adaptar-se as reais necessidades do indivíduo não importando as diferenças de quaisquer tipos e que aceitem e respeitem cada indivíduo na sua individualidade específica.

PROCESSOS DE DECISÃO

A Prefeitura Municipal de Curvelo é responsável pela infraestrutura e Gestão Financeira. O recurso do PDDE é uma verba que advém do governo federal, repasse este que é aplicado em alguns materiais permanentes e materiais para o aluno do Ensino Fundamental. Esse recurso passa pela análise e aprovação do Conselho do Caixa Escolar.

Quanto à Comunidade Escolar, já sabemos da sua força, do quanto é útil e imprescindível a sua ação no interior da Escola.

Para alguns pesquisadores, a participação das famílias na Escola não resulta apenas em possibilidades de consolidar a democracia na Escola. Para eles, a participação é um espaço que possibilita aos sujeitos a construção sua autonomia e o exercício da liberdade. A esse respeito, diz-nos Gagotti (1.994,p.42)” a participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania. Além da formação da cidadania, a participação também é apontada como instrumento de formação de familiares do aluno.

TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A escola deve constituir-se em um espaço das diferenças e pluralidade, cuja meta é a de se fundamentar em um princípio educativo emancipador, pois acredita-se que tendo um ambiente acolhedor a aprendizagem fluirá melhor.

A escola elabora o Plano de Intervenção Pedagógico a partir dos resultados das avaliações internas e externas, devendo ser coerente com Projeto Pedagógico da Escola. Sendo instrumento fundamental para garantir melhor aprendizagem dos alunos e o cumprimento das metas da escola.

A escola deve recorrer aos gráficos do perfil do desenvolvimento escolar, Boletim do PROALFA e do PROEB com o uso dos seguintes recursos:

- Sala de reforço, atendimento a pequenos grupos de alunos de forma sistematizada, com acompanhamento individual levando em conta o processo de aprendizagem de cada aluno; em horário extra turno
- Atendimento aos alunos em turmas de Projeto extra turno (Oficina Arte de Criança do Caic) onde atendemos crianças e desenvolvemos práticas de Basquete, Capoeira, Dança, Arte Cênica e Futsal.
- Utilização da Biblioteca com o espaço dinâmico de leitura.

Uso do laboratório de informática para contribuir com informação e a utilização de novos recursos tecnológicos que irão facilitar o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos para sanar as dificuldades de aprendizagem.

Todas estas atividades são realizadas para o desenvolvimento do aluno como cidadão autônomo e capaz de realizar diferentes saberes através de diferentes tempos e espaços valorizados pela escola e comunidade.

RELAÇÕES DE TRABALHO

A nova gestão administrativa deve oportunizar a participação de toda a comunidade educativa. O papel do gestor não é só do diretor de uma escola; ele envolve todo o corpo docente e funcionários.

As mudanças na educação para surtirem efeitos práticos precisam estar estabelecidas em lei. A primeira lei é a própria Constituição Federal de 1988. Um dos principais avanços estabelecidos pela Constituição foi a garantia da gestão democrática no ensino público (capítulo III, seção I, artigo 206 IV), que

viabilizou a adoção de critérios para a participação da população no processo educacional dentro das escolas.

A segunda lei que veio dar impulso às mudanças na educação foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, conhecida também por Lei Darcy Ribeiro. Essa Lei aprovada em 1996 complementa a Constituição, confirmando um de seus principais pontos, o estabelecimento da gestão democrática no sistema educacional.

A escola busca assegurar o bom desempenho de todos os profissionais, promovendo ambientes favoráveis, estabelecendo relações de trabalho envolventes, considerando as experiências de cada um, de forma a contribuir para o processo de descentralização, onde todos se sintam co-responsáveis pela qualidade da educação que desejamos.

Considerando a relação professor/aluno destacamos que o professor é o mediador que conduz a construção do conhecimento. O aluno é um ser em formação que está buscando o seu espaço na sociedade e precisa de mediação e auxílio do professor para a construção dos seus conhecimentos. A tarefa de educar e de cuidar reflete-se na relação professor, aluno, conhecimento, vida e movimento traduzindo-se num ato de reconstrução da prática pedagógica.

Uma gestão administrativa eficiente deve considerar também a condição social e ambiental do aluno, para que ele consiga vivenciar o aprendizado, correlacionando o que aprende com sua vivência cotidiana. Outro ponto importante é a eleição democrática de diretores e formação de conselhos escolares.

Alguns pontos importantes para uma gestão administrativa eficiente: eleição de diretores; constituição de conselhos escolares formados por diversos

segmentos (pais, professores, alunos e funcionários); descentralização financeira; transparência nas suas ações; planejamento participativo a fim de encontrar falhas na aprendizagem e buscar soluções; definição de objetivos e metas, execução e avaliação; desenvolvimento de projetos específicos de interesse da comunidade escolar; como feiras de ciências, peças de teatro; busca de parceiros fora dos muros da escola.

Assim sendo, os profissionais da escola esforçam-se para alcançar uma sintonia de trabalho, pretendendo ultrapassar a estrutura linear e compartimentalizada dos setores atuantes na escola. Dessa forma, buscam fortalecer as relações de reciprocidade e de colaboração entre as diversas áreas através da cooperação mútua e permanente, de modo a favorecer o trabalho diário.

Os professores, direção e equipe pedagógica buscam conhecer, respeitar e aproveitar a bagagem cultural do aluno, suas aspirações, seus valores, crenças, conhecimentos e sua linguagem, buscando construir a prática pedagógica a partir destas referências.

AVALIAÇÃO

Durante o bimestre são utilizados vários instrumentos de avaliação: debates, pesquisas, provas escritas, observações. E ao final do bimestre é feita a análise dos descritores consolidados e são selecionados novos descritores para o próximo bimestre e/ ou repete os descritores não-consolidados e são apontadas novas estratégias.

Avaliar significa emitir um juízo de valor a realidade que se questiona seja a propósito da exigência de uma ação que se projetou realizar sobre ela, seja a propósito das suas conseqüências (PCNs, 1997, p. 86).

Epistemologicamente, a avaliação não existe por si, mas para a anuidade a qual serve, ganha conotações filosóficas políticas e técnicas da atividade que subsidia. A avaliação na aprendizagem da escola vem sendo praticada com certa independência do processo ensino aprendizagem e da própria relação pedagógica professor-aluno que se tornou antidemocrática.

De conformidade com a legislação vigente a escola deverá promover a avaliação da aprendizagem dos alunos de forma conjunta entre professores e equipe pedagógica, sendo esta parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, a saber:

- I. Assumir um caráter processual, formativo e participativo;
- II. Ser contínua, cumulativa e diagnóstica;
- III. Utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;
- IV. Fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;
- V. Assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;
- VI. Prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;
- VII. Assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;
- VIII. Possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade.

Na avaliação aprendizagem, a escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a

coleta de informação sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

A Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga - CAIC oferece aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de todo o ano letivo, após cada bimestre, a saber:

I. Estudos de recuperação paralela, ao longo do processo de ensino aprendizagem, constituídos de atividades especificamente programadas para o atendimento ao aluno ou grupos de alunos que não adquiriram as aprendizagens básicas com as estratégias adotadas em sala de aula. Este trabalho acontece semanalmente com intuito de diagnosticar e sanar as dificuldades encontradas.

II. Estudos periódicos de recuperação, aplicados imediatamente após o encerramento de cada bimestre para os 3º e 5º anos, para o aluno ou grupo de alunos que não apresentarem domínio das aprendizagens básicas previstas para o período.

Esta avaliação terá a valor de (25,0 pontos) e será aplicada para o aluno que não alcançar a média proposta (13,0 pontos), após o fechamento do bimestre. Sendo que, se o resultado obtido estiver compreendido entre 0 e 12,0 pontos, registra-se exatamente a nota que for maior, alcançada pelo aluno. Se a nota compreender de 13,0 a 25,0 pontos, registra-se a média (13,0 pontos).

A avaliação de recuperação ficará arquivada na escola.

III. A escola deve garantir, no ano em curso, estratégias intervenção pedagógica, para atendimento dos alunos que, após todas as ações de ensino-aprendizagem e oportunidades que ainda apresentarem deficiências em capacidades ou habilidades no (s) Componente(s) Curricular(es) do ano interior.

IV. Avaliação final para os alunos que não conseguirem o mínimo de 50 pontos para aprovação. O período será previsto no calendário

escolar com estudos presenciais compreendido no valor de 100,0 pontos divididos em: 80 pontos de avaliação e um trabalho no valor de 20 pontos.

A escola e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis.

Na classificação a escola irá posicionar o aluno em anos compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento. A classificação do aluno acontece em qualquer ano, semestral ou bimestral.

A descrição do processo de classificação e reclassificação está regimentado de acordo com a Legislação em vigente; fazendo parte do regime escolar.

A avaliação deve ser de forma a redimensionar a ação pedagógica e deve assumir um caráter formativo, processual, participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica. Tendo em vista a utilização de vários instrumentos e procedimentos, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos permitindo ao professor orientar e organizar a prática educativa em função dos alunos e assim, prepará-los também para as avaliações externas. Os alunos nas últimas avaliações externas estão apresentando um bom desempenho, elevando a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. Na análise dos resultados das avaliações externas a maioria dos alunos está no nível intermediário para o recomendável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é, do ponto de vista antropológico, um espaço privilegiado da comunicação humana, onde são socializados os saberes e fazeres. Assim, percebe-se na realização deste trabalho que a escola tem um papel importante demais no desenvolvimento do indivíduo.

Assim toda ação escolar deve estar vinculada ao objetivo que se pretende alcançar sendo com isto eficiente na utilização de recursos e na tomada de decisões que norteiam a sua existência. O Projeto Político Pedagógico deve ser inovador, participativo, cooperativo, criativo e envolver toda a equipe escolar e a comunidade onde está inserido para suas diretrizes nortear e atender as reais necessidades do aluno e de sua comunidade.

O administrador deve ser o condutor de todo o processo educacional e ter uma presença de liderança, autoridade e legitimidade. Toda a equipe escolar – professores, alunos e funcionários – deve formar um time e persistir na busca de bons resultados, acreditarem na força da democracia e se basear nas expectativas dos alunos para ter apoio de toda a comunidade nas resoluções dos problemas que poderão vir a surgir.

Enfim, um passo importante para se alcançar um sucesso escolar é a firmação de uma trindade: escola-família-comunidade e seu compromisso de se sentirem responsáveis e parceiros do processo educacional.

Com este Projeto Político Pedagógico pretendeu-se mostrar através de pesquisa e leituras, que a avaliação é uma realidade e uma exigência para o melhor desenvolvimento do planejamento; como forma de repensar a prática no contexto ensino-aprendizagem.

E neste enfoque da concepção de ensino-aprendizagem, da relação pedagógica que se estabelece, das orientações da prática educativa e do entendimento da função avaliativa no processo de ensino, que se torna possível delinear procedimentos de avaliação capazes de informar sobre os processos de aprendizagem que ocorrem na trajetória da escolaridade do aluno.

Portanto, através deste trabalho percebe-se que o clima de uma escola que valoriza a democracia não pode ficar distante da participação do grupo e esta participação deve ser de caráter ativo, efetivo e consultivo.

Uma participação ativa, efetiva e consultiva não diminui a elaboração de políticas e tomadas de decisões feitas no poder, com diferentes níveis hierárquicos, porém é permitida uma participação de todos os níveis organizacionais, de forma horizontal, fortalecendo a gestão, incentivando a participação e elaboração de projetos por todos os envolvidos, atores internos e externos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Ensino Supletivo e Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.

BRASIL; Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução**. Brasília. MEC/ SEF. 1997. 126p.

CASTRO, Elza Vidal; MATOS, Maria do Carmo. **Reflexões sobre a prática pedagógica/Secretaria de Estado da Educação**. Belo Horizonte, SEE/MG, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Histórias das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. **A Educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, Moacir e José E. Romão (orgs.). **Educação de Jovem e Adultos - Teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso**. Campinas: Papirus, 1985.

_____. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Rio de Janeiro: EditorA Graal, 1992.

_____. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder**: introdução à Pedagogia do Conflito. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1983.

GRAMSCI A. **Os intelectuais e a organização da Cultura**, 3º ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 1979.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação**: Mito & desafio. Uma perspectiva construtiva. 4ª ed. São Paulo, educação e realidade, 1995.

LEAL, T.F. **Intencionalidade da avaliação na língua portuguesa**. Porto Alegre ed. Mediação, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**: velhos e novos temas. Goiânia: Edição do Autor, 2002.

_____. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização/ José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1997, 179 p.

MEDINA, Antonia da Silva. **Supervisor Escolar**: Parceiro Político- Pedagógico do Professor. In: SILVA JUNIOR, Celestino Alves da & RANGEL , Mary (Orgs.) Nove Olhares sobre a Supervisão. Campinas, SP, Papirus, 1997.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar - Critérios e Instrumentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, 137 p.

SANTOS, Lucíola P; PARAISO, Marluce A. O Currículo como Campo de Luta; In. **Presença Pedagógica**; nº 7; 1996.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1994.